



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MATEUS VIEIRA SALGADO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O HÁBITO DE INVESTIR: dificuldades encontradas
pelos brasileiros.

Caruaru
2024

MATEUS VIEIRA SALGADO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O HÁBITO DE INVESTIR: dificuldades encontradas pelos brasileiros.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo científico, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel/licenciado em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia Financeira

Orientador (a): Prof. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa

Caruaru

2024

Educação financeira e o hábito de investir: dificuldades encontradas pelos brasileiros

Financial education and the habit of investing: difficulties encountered by Brazilians

Mateus Vieira Salgado¹

RESUMO

A educação financeira surgiu como uma resposta à necessidade de fornecer conhecimentos e habilidades necessárias para lidar com questões relacionadas a dinheiro, finanças pessoais e gestão financeira. Além disso, a educação financeira se apresenta como um instrumento assertivo para quem também deseja investir, ou aprender os caminhos para alcançar esse objetivo. Dessa forma, o presente trabalho visa estudar a relação da educação financeira com o hábito de investir. Para isso, o presente artigo estabeleceu uma extensa pesquisa bibliográfica a partir de uma análise de autores e documentos sobre o tema em questão. Como resultado, foi possível observar alguns caminhos claros estabelecidos a partir da educação para se alcançar melhores capacidades de investimento. Observou-se, também, que o perfil atual do brasileiro vem em crescente busca por mais educação financeira e melhores meios para investir. Concluiu-se que o hábito de investir se torna mais efetivo a partir de uma educação financeira mais clara e assertiva.

Palavras-chave: Finanças; Investidor; Brasil; Economia.

ABSTRACT

Financial education has emerged as a response to the need to provide the knowledge and skills necessary to deal with money-related issues, personal finance, and financial management. Moreover, financial education proves to be an effective tool for those who also wish to invest, or learn the pathways to achieve such investment. Thus, this present work aims to study the relationship between financial education and the habit of investing. To do so, this article conducted an extensive bibliographic research through an analysis of authors and documents on the subject in question. As a result, it was possible to observe some clear pathways established through education to achieve better investment capabilities. It was also noted that the current profile of Brazilians is increasingly seeking more financial education and better means to invest. It was concluded that the habit of investing becomes more effective through a clearer and more assertive financial education

Keywords: Finance; Investor; Brazil, Economy.

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste.
E-mail: mateusvieirasalgado98@hotmail.com

DATA DE APROVAÇÃO: 15 de março de 2024.

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira surgiu como uma resposta à necessidade de fornecer conhecimentos e habilidades necessárias para lidar com questões relacionadas a dinheiro, finanças pessoais e gestão financeira. Seu desenvolvimento está intrinsecamente ligado à evolução do sistema financeiro e à conscientização sobre a importância de uma boa administração dos ativos, especialmente quando se considera que ao longo do tempo as transações financeiras adquiriram maior complexidade. Segundo Cordeiro, Costa e Silva (2018), a educação financeira está relacionada com questões como investimento, aposentadoria, endividamento, entre outros, que impactam diretamente o orçamento de indivíduos e famílias.

Atualmente, ela é promovida em diversos países por meio de iniciativas governamentais, programas escolares, organizações sem fins lucrativos, instituições financeiras e recursos online. Seu objetivo é capacitar as pessoas a tomar decisões relativas às finanças pessoais, desenvolver habilidades de orçamento, poupança, investimento e planejamento financeiro, e promover uma maior conscientização sobre questões financeiras.

No Brasil, já é uma proposta presente em algumas escolas fazendo parte da grade curricular, e, tem apresentado bons resultados para os adolescentes e jovens que tem contato com esta temática, auxiliando em uma maior divulgação junto aos demais membros das famílias (BRASIL, 2018). A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) desenvolve ações voltadas para a promoção da educação financeira no país, através de incentivos à inclusão da educação financeira nas escolas, estimulando parcerias com as secretarias de educação e oferecendo apoio para a formação de professores nessa temática.

Na população geral do Brasil se nota uma carência relacionada à educação financeira. Segundo o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC, 2016), 46% dos brasileiros não controlavam seu orçamento, entre os que controlavam muitos ainda demonstravam uma frequência de acompanhamento inferior ao que é necessário, por exemplo, deixando de fora os gastos extras.

Entre dezembro de 2014 e dezembro 2015, apenas 41,1% dos indivíduos afirmavam conseguir pagar todas as contas e ainda ter algum dinheiro para poupar, dentre outros hábitos nocivos à saúde financeira (SPC, 2016).

Ainda conforme dados do Serviço de Assessoria S.A. (SERASA, 2023), em maio de 2023, havia 71,90 milhões de brasileiros em situação de inadimplência. Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2023), a população no Brasil em 2022 era de 203.062.512 habitantes. Ou seja, aproximadamente² 35% da população no país está inadimplente.

De acordo com SPS (2016), muitos brasileiros que não conseguem pagar suas contas do mês utilizavam outros meios que comprometem sua segurança financeira, como o cartão de crédito (30,7%), dinheiro da poupança ou reserva de emergência (28,9%), empréstimo de amigos e familiares (23,3%), abandonam prestações (16,8%) e cheque especial (14,8%).

Também é possível trazer que uma parcela da população brasileira conhece algumas premissas da educação financeira, mas não as colocam em prática (SPC, 2016), ou seja, não transformam os conhecimentos sobre finanças em hábitos. Além de que alguns tem uma falsa percepção de que pagar todas as contas é um bom indicativo financeiro, quando na realidade o ideal é ter algum recurso para reservar/investir (SPC, 2020a).

Entre os pilares propostos na educação financeira está a seguridade, que se relaciona diretamente com a poupança dos recursos financeiros e investimento dos mesmos, buscando um retorno posteriormente (Olivieri, 2013). Nesse contexto, é que foi escolhido o problema de pesquisa: um maior investimento em educação financeira pode melhorar os hábitos de investimento da população? Desse modo, como Objetivo Geral para a pesquisa tem-se: estudar a relação da educação financeira com o hábito de investir. Para desenvolver tal premissa, foram colocados os seguintes objetivos específicos:

- Entender como se dá a educação financeira no Brasil;
- Compreender os principais problemas relacionados à educação financeira no país;
- Explorar como funcionam os investimentos no Brasil.
- Compreender a evolução da inserção populacional em plataformas de investimento no país.

Também é possível afirmar a importância desse artigo para a sociedade. Compreender os aspectos que envolve os hábitos de investimento somado a boa educação traz conhecimentos sólidos sobre finanças, e sobre os indivíduos que se capacitam para tomar decisões mais conscientes e bem fundamentadas de como gerenciar e investir seu dinheiro. Essa capacitação

² O IBGE não disponibilizava, na data de pesquisa, projeção populacional para o mesmo mês e ano dos dados com inadimplentes da Serasa

resulta em uma maior eficiência na alocação de recursos, evitando gastos desnecessários e promovendo a construção de um patrimônio sólido.

Além disso, a educação financeira tem o potencial de conter o endividamento descontrolado. Compreender os mecanismos de empréstimos e financiamentos, possibilita a avaliação consciente das implicações financeiras, reduzindo o risco de endividamento excessivo e suas consequências negativas para a estabilidade financeira individual e familiar. Outro benefício significativo é o estímulo ao hábito de investir.

Uma população bem-educada financeiramente é mais propensa a considerar e adotar estratégias de investimento que visem o crescimento e a preservação do capital. Isso pode contribuir para a formação de uma cultura de investimento sólida, impulsionando não apenas a prosperidade individual, mas também o desenvolvimento econômico como um todo.

Como contribuição para o curso de economia, ao analisar como a educação financeira influencia o comportamento de investimento, os estudantes e pesquisadores de Economia podem ganhar *insights* valiosos sobre as decisões econômicas individuais e coletivas. Isso contribui para uma compreensão mais aprofundada dos fatores que impulsionam ou inibem a formação de capital e o desenvolvimento financeiro.

Além disso, ao examinar como a educação financeira pode ser eficaz na promoção do investimento responsável e estratégico, o curso de Economia pode oferecer contribuições valiosas para a prática econômica e para a formulação de políticas públicas, tanto na área da educação como na das finanças. Essa pesquisa pode informar iniciativas governamentais, programas de educação financeira e estratégias de inclusão financeira, visando estimular o crescimento econômico sustentável e a estabilidade financeira.

Por fim, a investigação sobre a interação entre educação financeira e hábitos de investimento também pode enriquecer o currículo do curso de Economia, ao proporcionar aos estudantes uma compreensão mais holística e aplicada dos aspectos práticos da tomada de decisões financeiras. Isso pode incluir o desenvolvimento de materiais didáticos, simulações e estudos de caso que integram conceitos teóricos com aplicações práticas, preparando os alunos para enfrentar desafios reais no mundo financeiro.

2 METODOLOGIA

Este estudo adotou a abordagem de pesquisa quantitativa. Esta metodologia, fundamentada no paradigma positivista, enfatiza o raciocínio dedutivo, as leis da lógica e os aspectos mensuráveis da experiência humana (Gil, 2008). Ainda de acordo com o autor, a aplicação da estatística possibilita a avaliação de hipóteses com o intuito de determinar sua validade. Em outras palavras, é possível verificar se essas hipóteses representam de fato explicações válidas para os fenômenos observados.

No que diz respeito aos objetivos, esta pesquisa adota uma abordagem descritiva. Seguindo a perspectiva de Gil (2008), é importante destacar que uma ampla gama de estudos pode ser categorizada sob essa designação, e uma de suas características distintivas é a aplicação de métodos padronizados na coleta de dados.

Em termos gerais, essas investigações buscam aprofundar a compreensão de fenômenos previamente examinados em pesquisas exploratórias, procurando identificar características e padrões que os descrevam de maneira mais precisa (Gil, 2008). Essa abordagem descritiva se destaca pela sua ênfase na precisão e detalhamento na representação dos fenômenos em análise. Ela contribui para uma compreensão mais completa e embasada dos elementos estudados, proporcionando uma visão mais nítida dos padrões e características que os permeiam.

Além disso, a metodologia empregada para este estudo é de natureza documental. A pesquisa documental segue uma abordagem semelhante à pesquisa bibliográfica, com a distinção de que suas fontes são mais variadas e dispersas, como destacado por Gil (2008). Esses documentos são fontes primárias e podem ser analisados de maneira crítica pelo pesquisador.

Os dados e informações necessários para responder às questões de pesquisa são obtidos a partir desses documentos. Como ressalta Gil (2008), os documentos constituem a fonte primordial de referência para o estudo em questão, e é por meio de sua análise que se busca obter insights e insights relevantes. Essa abordagem documental oferece uma perspectiva enriquecedora para a pesquisa, permitindo uma análise detalhada e fundamentada com base em fontes autênticas e confiáveis.

3 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

A educação financeira, conforme Cordeiro, Costa e Silva (2018) condiz com as questões relacionadas ao dinheiro e sua gestão, tal como taxas de juros, empréstimos, cartão de crédito,

despesas, financiamentos, entre outros. Nos artigos constitucionais, ainda conforme os autores, alguns dos objetivos relacionados a disseminação desse conhecimento são: crescimento do mercado, inclusão financeira, proteção do investidor, desenvolvimento social, habilidades com finanças, conhecimento de opções de crédito e microcrédito, compreensão de taxas de juros, seguros, aposentadoria, estímulo a poupança, etc.

Segundo Olivieri (2013, p. 47): “As finanças ocupam-se do processo, instituições, mercados e instrumentos envolvidos na transferência de fundos entre pessoas, empresas e governos”, ou seja, está relacionada a diversos aspectos da vida. A autora ainda traz que a educação financeira é um processo de internalização do conhecimento sobre finanças e que deve ser iniciada, preferencialmente, a partir dos 2-3 anos da criança, quando ela demonstra interesse por dinheiro para compara um doce, por exemplo. É de extrema importância a educação financeira infantil, construindo um hábito para a vida futura, que ensina não apenas a necessidade de poupar recursos, mas também de planejamento de metas de longo prazo e a realização dessas metas (Cordeiro; Costa; Silva, 2018).

Contudo, como afirma Santos, Rodrigues e Nunes (2021), a falta de conhecimentos fundamentais para compreender a necessidade da educação financeira é uma realidade enfrentada por uma considerável parcela da população. Observa-se que a redefinição do conceito de "necessidade" ocorreu de modo espontâneo entre famílias que ascenderam para classes mais favorecidas economicamente. Itens que outrora eram considerados supérfluos passaram a ser vistos como imprescindíveis, devido à mudança em sua condição social.

Nesse contexto, a sociedade de consumo exerce um papel significativo ao influenciar os padrões de necessidades e desejos das pessoas. A publicidade, por exemplo, desempenha um papel importante ao estimular a demanda por produtos e serviços, muitas vezes enfatizando a ideia de que a posse de determinados itens é essencial para uma vida satisfatória e bem-sucedida. Para Efig, Mendes e Meirelles (2019), todas essas questões recaem no modo como a sociedade utiliza seus recursos para adquirir bens e manter seus padrões. Aqui, fomenta-se as mudanças que se atrelam às novas (ou antigas) decisões de consumo social.

De acordo com a perspectiva apresentada por Vitt (2004), a tomada de decisão no ato de consumo é influenciada por uma combinação de fatores psicológicos, físicos e valores sociais, sendo muitos deles embasados em sentimentos e emoções. A decisão de consumir algo não é meramente racional, pois envolve aspectos psicológicos que afetam a percepção das pessoas em relação aos produtos e serviços disponíveis no mercado. Desejos, necessidades,

experiências passadas e crenças pessoais desempenham um papel importante na formação das preferências de consumo.

Além disso, fatores físicos, como a aparência do produto, a embalagem, a disposição dos itens nas prateleiras e a própria experiência tátil ao manuseá-lo, podem desencadear respostas emocionais que influenciam a decisão final de compra. O apelo visual e sensorial é uma estratégia comum usada pelos profissionais de marketing para atrair consumidores e criar conexões emocionais com as marcas e produtos (Santos; Rodrigues; Nunes, 2021). Outro elemento relevante é o impacto dos valores sociais e culturais na decisão de consumo. As pessoas tendem a ser influenciadas pelas normas e expectativas da sociedade em que estão inseridas. O consumo pode estar relacionado ao status social, pertencimento a grupos específicos e à busca por identidade e reconhecimento.

De acordo com a argumentação de Mekelburg (2011), é possível observar entre o povo brasileiro hábitos financeiros de ostentação que levam as pessoas a adquirirem um patrimônio que excede sua real capacidade de renda. Essa postura, caracterizada pelo consumismo excessivo, tem impactado negativamente a situação financeira dessas famílias, dificultando a possibilidade de realizar investimentos ou poupança adequada para garantir seu futuro financeiro e oferecer segurança em momentos de crise.

O consumismo é uma mentalidade ou comportamento caracterizado pela busca incessante por bens materiais e serviços, muitas vezes impulsionada pela influência da mídia, propaganda e pressões sociais. Quando as pessoas cedem a essas tendências consumistas, acabam gastando além de suas possibilidades financeiras reais, o que pode levar ao endividamento e à instabilidade econômica.

Todas essas questões precisam ser observadas dentro da construção de procedimentos que vão estabelecer a boa construção da educação financeira. Para isto, não somente as questões relacionadas a decisão de consumo devem ser consideradas, mas também os aspectos que envolvem as métricas de investimentos e poupanças (Efig; Mendes; Meirelles, 2019).

De acordo com Mallmann (2008), investir consiste em aplicar o dinheiro poupado em diferentes modalidades que possam gerar juros, remuneração ou correção financeira. O autor ressalta que essa prática de investimento é tão importante quanto a própria poupança, pois todo o esforço empregado para reduzir gastos ou economizar pode ser desperdiçado caso os recursos não sejam bem investidos. O investimento responsável requer conhecimento, análise e planejamento, visando maximizar o retorno dos recursos e minimizar os riscos envolvidos.

Conforme a definição apresentada por Sandroni (2011), a poupança consiste em uma parcela da renda nacional ou individual que não é utilizada em despesas imediatas, sendo reservada e aplicada após dedução dos impostos. No entanto, o autor destaca que, para muitos indivíduos, a prática de poupar tem perdido prioridade na administração de suas finanças pessoais. As estratégias de marketing e propaganda, aliadas à facilidade de acesso ao crédito, têm encorajado um maior foco nas possibilidades de gastos, deixando em segundo plano a ideia de manter o dinheiro guardado, como, por exemplo, em uma caderneta de poupança.

Nesse contexto, a tomada de decisão em relação a consumir, investir ou poupar pode ser significativamente influenciada pelo nível de conhecimento e educação financeira do indivíduo (Santos; Rodrigues; Nunes, 2021). O conhecimento sobre questões financeiras pode afetar diretamente as escolhas e atitudes financeiras de uma pessoa. Portanto, o que se compreende é que em todos os aspectos relacionados ao entendimento do perfil financeiro de uma população existe a necessidade de fomentar uma base clara a partir da educação financeira.

“Quanto mais consumo corrente as pessoas [...] puderem poupar, e colocar em uso produtivo (investir), maior poderá ser o fluxo futuro de produto disponível para consumo ou para novos investimentos” (Haberler, 1976, p.45). Isso se entende, pois, para promover o crescimento e o avanço econômico e social em um país, é fundamental estimular o aumento da poupança e do investimento.

Conforme apontado por Bartoncello (2022), o mercado de capitais exerce influência na formação da poupança, e uma parcela dela é direcionada para investimentos, desempenhando uma necessidade no desenvolvimento econômico e no crescimento de um país. Além disso, segundo as observações de Toledo (2006), os investimentos permitem a estabilização do emprego e a geração de renda em uma nação, proporcionando retornos positivos tanto para as empresas quanto para a sociedade.

Quando uma família não tem o costume de economizar e acaba se tornando inadimplente, geralmente recorre a intermediários para empréstimos, pagando juros em troca. No entanto, por meio da instrução financeira, esses membros deficitários conseguem abandonar o hábito de buscar recursos através desses intermediários. Como Dowbor (2015) destaca, perder o controle de sua poupança significa, para a família, abrir mão do controle sobre o próprio destino.

3.1 Educação financeira no Brasil

No âmbito educacional, a partir de 2010 as bases curriculares de ensino no Brasil tomaram a educação financeira como algo mais ativo no espaço escolar, incorporando ao ensino técnico da matemática questões relacionadas às finanças e ao dia a dia (Cordeiro; Costa; Silva, 2018).

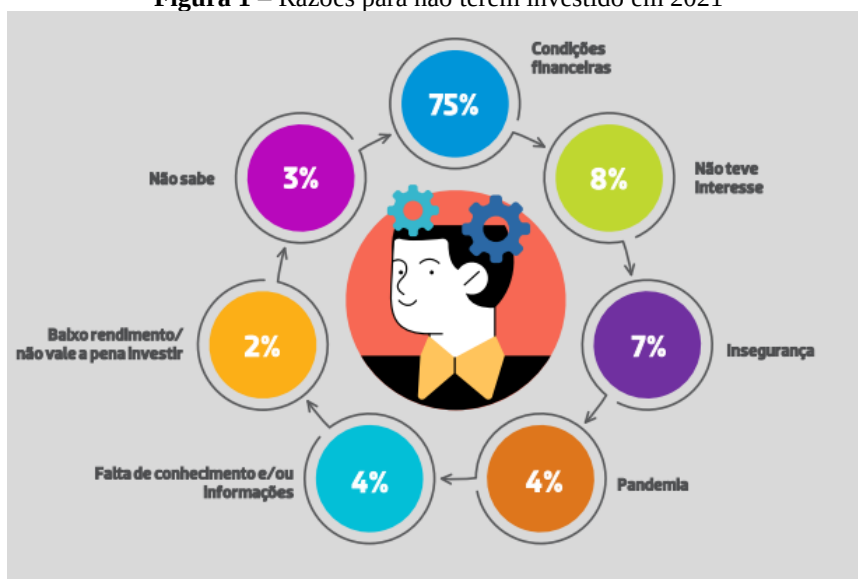
No tocante a Academia, cursos com correlação com as áreas financeiras, como Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis demonstram importância na construção da educação financeira dos estudantes, contudo, percebe-se que fatores familiares e hábitos já construídos possuem uma forte influência sobre o indivíduo (Vieira; Bataglia; Sereia, 2011).

Entretanto, o nível de conhecimento sobre finanças adquiridas no ensino básico, fundamental e médio, ainda demonstra uma menor participação na vida daqueles que tem um maior conhecimento nessa área, enquanto o ensino superior se mostra mais significativo. O que demonstra uma necessidade de melhorias da educação financeira como pilares básicos para crianças e adolescentes (Reis, 2019).

Também é necessário trazer que a dificuldade encontrada no país no tocante à educação financeira também se relaciona com problemas como a baixa renda e a dificuldade de algumas famílias em pagarem as contas consideradas básicas para a manutenção da família, não excluindo a necessidade do conhecimento de como lidar com as finanças.

Nessa direção, tem-se a Figura abaixo, que traz que a maior causa para os brasileiros ainda não terem investido, no ano de 2021, foi a sua condição financeira.

Figura 1 – Razões para não terem investido em 2021



Fonte: ANBIMA (2022)

Abaixo, pode ser observado alguns valores da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2023), e como as dívidas e inadimplência dos brasileiros tem se mostrado ao decorrer dos últimos dez anos.

Tabela 1 – Famílias endividadas no Brasil (mês de junho)

Ano	Endividados (%)	Contas em atraso (%)	Não terão condições de pagar (%)
2013	63,0	20,3	7,2
2014	62,5	19,8	6,6
2015	62,0	21,3	7,9
2016	59,6	24,0	9,4
2017	59,4	25,6	10,1
2018	58,6	23,7	9,4
2019	64,0	23,6	9,5
2020	67,1	25,4	11,6
2021	69,7	25,1	10,8
2022	77,3	28,5	10,6
2023	78,5	29,2	12,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CNC (2023)

Outro fator que pode ser compreendido a partir dessa construção de perfil, é a relação entre o nível de baixa renda e o conhecimento adequado em educação financeira. De acordo com Campara, Vieira e Ceretta (2016), esse conhecimento é especialmente crítico entre pessoas de rendas mais baixas. O estudo destaca que a renda tem uma influência positiva na alfabetização financeira, principalmente devido a maior disponibilidade de recursos e acesso a fontes de conhecimento.

A renda está diretamente relacionada à capacidade das pessoas de investir em educação financeira, adquirir materiais educativos e participar de cursos ou programas que promovam a compreensão das questões financeiras. Com renda mais elevada, as pessoas têm maiores chances de acessar fontes de informações e orientações financeiras, seja através de especialistas, consultorias financeiras ou recursos disponíveis na internet e mídia.

Por outro lado, pessoas com rendas mais baixas podem encontrar dificuldades em adquirir esse conhecimento, uma vez que podem ter menos recursos disponíveis para investir em cursos ou consultorias financeiras. Além disso, podem enfrentar uma maior preocupação com o sustento básico e lidar com desafios financeiros cotidianos, o que pode deixar a alfabetização financeira em segundo plano, além de seus recursos estarem direcionados à subsistência, sem espaço para poupar/investir.

Conforme dados do Global Findex (2021), no Brasil é possível perceber uma menor inclusão nos sistemas financeiros de pessoas pobres e do sexo feminino, enquanto 84% dos adultos no país possuíam titularidade de pelo menos uma conta, em 2021, esses números eram menores entre os adultos pobres, com 82%, e mulheres, com 81%. Também há diferenças entre os gêneros quanto aos hábitos de investir, conforme ANBIMA (2022), enquanto 72% das mulheres não investiam, esse número é 66% entre os homens, quanto as etnias, 37% dos brancos investem em produtos financeiros para apenas 29% dos pretos e pardos.

Nesse contexto, a inserção da população nos meios financeiros digitais, pode ser visto como uma forma de driblar burocracias elevadas em bancos tradicionais, como muitas exigências para a contratação de serviços e contratos demasiadamente técnicos, promovendo, em certo ponto, inclusão financeira e digital, contudo, não há de se excluir os riscos existentes nesse ambiente a ainda a necessidade da educação financeira (Saporito; Silva; Viana, 2023)

A desbancarização, que vem crescendo no Brasil, especialmente no período pós-pandêmico da Covid-19 (Saporito; Silva; Viana, 2023), refere-se à migração de pessoas e empresas do sistema bancário tradicional para alternativas financeiras inovadoras, como *fintechs*. Contudo, esse fenômeno também apresenta preocupações sobre a segurança digital, com o aumento dos riscos de ataques cibernéticos e violações de dados. Além disso, a disseminação de desinformação na era digital pode afetar a confiança nas instituições financeiras e prejudicar a tomada de decisões informadas pelos usuários (Partyka; Lana; Marcon, 2020).

Nesse contexto digitalizado, a educação financeira ajuda as pessoas a entenderem os riscos associados ao uso de serviços financeiros digitais e como proteger suas informações pessoais e financeiras contra ameaças cibernéticas. Ao estar cientes das práticas recomendadas de segurança, os usuários podem evitar cair em golpes, proteger suas senhas, reconhecer sites seguros e aprender a identificar possíveis atividades suspeitas em suas contas financeiras.

Desenvolver habilidades para gerir o próprio dinheiro implica em adotar disciplina, comprometimento, discernimento e uma mudança de mentalidade, também conhecida como mentalidade financeira. Cultivar uma relação saudável com as finanças não surge espontaneamente; exige empenho inicial para se instruir e, em seguida, agir com determinação.

Ao reformular a perspectiva e adotar comportamentos condizentes, o indivíduo ganha a capacidade de exercer um controle efetivo sobre sua situação financeira. Adquirir conhecimento sobre finanças e familiarizar-se com as ferramentas essenciais para a gestão pessoal, encapsuladas nos quatro fundamentos do controle financeiro – saber gastar de forma consciente,

administrar a renda, liquidar dívidas e poupar – promoverá uma transformação substancial na vida de alguém que esteja lidando com inadimplência.

3.1.1 Burocracia nos sistemas financeiros

A burocracia é um dos motivos elencados para que os brasileiros não abram conta em bancos tradicionais, juntamente a dificuldade de acesso. Em 2017, o Brasil se colocava como 9º país, no *ranking* mundial, com mais pessoas sem conta bancária, um total de 48,4 milhões, contudo, a pandemia da Covid-19 acelerou o processo de digitalização, e inclusão, financeira da população (Saporito; Silva; Viana, 2023), onde, 18% de brasileiros adultos fizeram seu primeiro pagamento através de uma conta no período pandêmico (Global Findex, 2021).

A burocracia, como conceito, surge pelo sociólogo Max Weber, e se caracteriza como um modelo organizacional que se sustenta em sua previsibilidade, despersonalização, mecanicismo e centralização de decisões (Merton, 1959). Nesse contexto, as atividades são conduzidas de acordo com regras e regulamentos bem definidos, e a hierarquia é claramente estabelecida. Isso proporciona uma operação mais eficiente e previsível, uma vez que as tarefas são padronizadas e as responsabilidades são explicitamente atribuídas.

No entanto, Robert K. Merton, em sua análise das disfunções do modelo burocrático de Weber, trouxe à tona uma perspectiva crítica. Merton argumentou que, na prática, as organizações burocráticas muitas vezes não funcionam de maneira completamente racional. Ele identificou diversas disfunções que podem emergir como resultado da aplicação estrita desse modelo (Merton, 1959).

Uma dessas disfunções é a conformidade excessiva às regras, na qual os membros da organização podem se concentrar demasiadamente na adesão estrita às normas, mesmo quando isso vai contra o bom senso ou os objetivos da organização. Além disso, a burocracia pode ser caracterizada pela rigidez e inflexibilidade, tornando-se lenta para se adaptar a mudanças e inovações devido à sua natureza altamente normativa e padronizada.

Outra disfunção notável é a despersonalização e desmotivação dos funcionários. A ênfase na impessoalidade pode resultar na perda da individualidade dos membros da organização, afetando negativamente sua motivação e satisfação no trabalho. Em suma, embora a burocracia weberiana tenha seus méritos em termos de eficiência e organização, é importante reconhecer e abordar as potenciais disfunções que podem surgir na prática.

Chiavenato (2000) baseia-se nas análises de Merton para salientar as discrepâncias inesperadas que surgem no modelo burocrático, denominadas disfunções. O objetivo é destacar aspectos que a teoria de Weber deixou de abordar. Essas disfunções abrangem diversos pontos: a) a inclinação para a internalização das regras e uma aderência excessiva aos regulamentos; b) o excesso de formalismo e a sobrecarga de documentação burocrática; c) a propensão à despersonalização nos relacionamentos; d) a resistência às mudanças; e) a categorização como fundamento do processo decisório; f) a tendência à conformidade extrema com rotinas e procedimentos; g) a ostentação de sinais evidentes de autoridade; h) as dificuldades na prestação de atendimento ao cliente e os conflitos com o público.

Essas disfunções apontadas por Chiavenato e Merton servem para evidenciar que, na prática, a aplicação rigorosa do modelo burocrático pode resultar em consequências inesperadas e contraproducentes para as organizações (Silva, 2019). Elas ressaltam a importância de equilibrar a eficiência e a padronização que a burocracia proporciona com a necessidade de flexibilidade e adaptabilidade face às complexidades e dinâmicas do ambiente organizacional e social. Portanto, compreender e abordar essas disfunções é importante para o aprimoramento e a eficácia das organizações em um contexto contemporâneo.

Nesse contexto, o desenvolvimento do próprio conhecimento fica em xeque. Isto se dá quando se compreende que complexidade estabelecida pela burocracia sustenta, em si, uma dificuldade de ser compreendida em sua totalidade pela grande massa populacional (Silva, 2019). A complexidade inerente à burocracia pode representar um desafio significativo para o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento. Isso ocorre porque a estrutura burocrática, com suas regras, regulamentos e processos altamente normativos, pode se tornar tão intrincada que dificulta a compreensão completa por parte da maioria da população.

A burocracia, por sua própria natureza, é concebida para trazer ordem e eficiência às organizações. No entanto, essa mesma ordem pode gerar uma complexidade que pode parecer opaca ou inacessível para muitas pessoas. A linguagem técnica, os procedimentos detalhados e a hierarquia rígida podem tornar difícil para os indivíduos fora desse sistema compreenderem completamente como ele funciona (Silva, 2019).

Essa falta de compreensão pode ter várias implicações. Pode dificultar a participação efetiva dos membros da organização, bem como a comunicação eficaz entre diferentes setores ou níveis hierárquicos. Além disso, pode criar uma sensação de alienação e desengajamento entre os funcionários e a organização como um todo.

3.1.2 Juros, crédito e taxas: conhecimentos básicos na educação financeira

O cartão de crédito detém um poder notável, capaz de conferir ao consumidor uma sensação de liberdade, ao mesmo tempo em que impõe limites, uma vez que, mesmo proporcionando prestígio e até influenciando alguns aspectos do seu modo de vida, pode também enredá-lo em um ciclo de dívidas (Barbosa, 2021).

Certos países de renda elevada e algumas nações em desenvolvimento, como Argentina, Brasil, China, Federação Russa, Turquia e Ucrânia, viam os cartões de crédito como o método principal de obtenção de empréstimos (Global Findex, 2021). Entretanto, os juros dos cartões de crédito no Brasil são elevados quando comparado ao restante do mundo.

O poder do cartão de crédito reside na sua capacidade de facilitar transações e proporcionar acesso imediato a bens e serviços. Ao utilizá-lo de forma responsável, o consumidor pode experimentar uma maior comodidade e flexibilidade financeira (Barbosa, 2021). Além disso, o uso prudente do cartão pode até mesmo impulsionar o seu status e conferir certas vantagens no estilo de vida, possibilitando que indivíduos que não possuem o dinheiro para comprar um bem à vista, consigam fazê-lo através do cartão.

Contudo, é imperativo estar ciente do outro lado dessa moeda. O cartão de crédito pode se tornar uma armadilha se não for gerenciado com cuidado. O acesso fácil ao crédito pode levar a um acúmulo de dívidas, resultando em encargos financeiros elevados e dificuldades para saldá-las (Silva *et al.*, 2019). Nesse sentido, o poder aparente de liberdade pode transformar-se em uma forma de restrição, limitando as escolhas e oportunidades do consumidor.

O cartão de crédito pode ser percebido como um catalisador para despesas consideráveis, pois simplifica as transações financeiras e elimina a necessidade imediata de dinheiro em espécie. Ao utilizar o cartão, o indivíduo essencialmente se permite emprestar dinheiro a si mesmo. Contudo, é importante notar que essa facilidade também pode resultar em comportamentos menos cuidadosos em comparação ao uso de dinheiro físico: para muitas pessoas, o valor envolvido em transações com cartão de crédito parece ser abstrato e distante da realidade (Silva *et al.*, 2019).

O cartão de crédito, ao eliminar a necessidade de portar dinheiro físico, torna as compras mais acessíveis e convenientes. Essa praticidade pode estimular um aumento nos gastos, já que as barreiras para efetuar transações financeiras são significativamente reduzidas. Além disso, o fato de não ser necessário o desembolso imediato de dinheiro pode criar a ilusão de que os

recursos são praticamente infinitos, o que pode levar a decisões financeiras menos ponderadas (Barbosa, 2021).

É aqui que o papel da educação financeira se torna alvo da questão do problema. Quando o nível de conhecimento relacionado a própria burocracia, juros e condições relacionadas ao uso do cartão de crédito se torna desconhecido, por falta de educação, do indivíduo que o usa. Como descrição, de acordo com o Serasa (2020), poucas pessoas entendem o problema do uso demasiado do cartão. Com juros que chegaram a 445% ao ano no rotativo, em 2023, o instrumento que deveria ser base facilitadora pode ser o causador de endividamento célere e com problemas para a saúde financeira de várias famílias (Larghi, 2023). A Tabela a seguir apresenta uma evolução da taxa de juros do cartão de crédito a partir de junho de 2019:

Tabela 2 – Evolução da taxa de juros do cartão de crédito rotativo	
Período	Taxa de juros ao ano em %
Jun/19	302,3
Jul/19	311,8
Jan/20	316,5
Fev/20	322,6
Mar/20	328,7
Abr/20	315,1
Mai/20	309,4
Jan/21	329,3
Ago/22	398,1
Nov/22	409,3
Jan23	411,5
Abr/23	447,7
Mai/23	455,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil (2023)

De acordo com Larghi (2023), embora se tenha uma diminuição perceptível nos últimos anos do endividamento populacional brasileiro, o cartão de crédito ainda é o maior vilão das famílias brasileiras. Ainda sobre o tema, de acordo com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil, 2023), em março deste ano, aproximadamente 40% dos adultos brasileiros estavam registrados como inadimplentes. Esse índice representou um recorde histórico, com cerca de 66 milhões de pessoas enfrentando problemas de inadimplência (Silva *et al.*, 2019).

Boa parte desse endividamento está relacionado com a falta de educação para usar assertivamente o cartão de crédito. Larghi (2023) afirma que, 74% das pessoas consideradas endividadas no Brasil estavam com atrasos exatamente nas contas do cartão de crédito. Assim, o que se demonstra é que, apesar da familiaridade social com o uso, em seu cotidiano, do cartão de crédito, esse instrumento se torna nocivo quando não somado com ferramentas educativas.

3.1.2 A eficiência marginal do capital segundo Keynes

A eficiência marginal do capital, segundo Keynes, é uma parte necessária de sua teoria econômica. Keynes a define como a taxa de desconto que iguala o custo presente de uma unidade adicional de capital à sua expectativa de retorno no futuro. Em outras palavras, é a taxa de retorno esperada de um investimento (Paz, 2020).

Keynes argumenta que a eficiência marginal do capital desempenha um importante papel na determinação do nível de investimento em uma economia. Quando a eficiência marginal do capital é maior do que a taxa de juros, os empresários encontrarão incentivos para investir, pois esperam obter retornos maiores do que o custo de capital. Por outro lado, se a eficiência marginal do capital for menor do que a taxa de juros, os empresários podem optar por não investir, pois os retornos esperados não compensam o custo de obtenção de capital (Alencar; Martins, 2022).

Assim, a relação entre eficiência marginal do capital, taxa de juros e investimento é determinante para entender como as decisões de investimento são tomadas pelos agentes econômicos. Se a eficiência marginal do capital for alta em relação à taxa de juros, isso tenderá a estimular o investimento. Por outro lado, se a eficiência marginal do capital for baixa em relação à taxa de juros, isso pode desencorajar o investimento. Essa dinâmica influencia a política monetária e fiscal, pois tanto as autoridades monetárias quanto as fiscais podem buscar influenciar a taxa de juros e a eficiência marginal do capital para estimular o investimento e a atividade econômica em geral (Carvalho, 2024).

Na análise Keynesiana, a relação entre eficiência marginal do capital, taxa de juros e investimento é central para compreender como as decisões econômicas são tomadas pelos agentes. A eficiência marginal do capital representa a expectativa de retorno de um investimento, comparável à Taxa Interna de Retorno (TIR), ou seja, é a taxa de retorno esperada que um empresário tem ao realizar um determinado investimento (Alencar; Martins, 2022).

Por outro lado, a taxa de juros reflete o retorno obtido ao aplicar capital no sistema financeiro, em vez de investir em capacidade produtiva. A relação entre essas duas variáveis e o investimento é necessário: o investimento é uma função da eficiência marginal do capital e da taxa de juros. Portanto, a decisão de investir ocorre quando a eficiência marginal do capital é maior que a taxa de juros, indicando que os lucros esperados do investimento superam os retornos obtidos no mercado financeiro (Paz, 2020).

Contudo, mesmo com a redução da taxa de juros para níveis historicamente baixos no Brasil, não se observa o estímulo esperado ao investimento. Isso pode ser atribuído ao fenômeno conhecido na teoria de Keynes como "armadilha da liquidez". Nessa situação, os agentes econômicos têm receios e incertezas em relação ao futuro, seja devido a fatores econômicos ou políticos, o que os leva a evitar investimentos mesmo diante de taxas de juros baixas. Essa falta de confiança e expectativas negativas impedem o estímulo do investimento, criando uma situação de estagnação (Alencar; Martins, 2022).

Diante desse cenário, segundo a teoria Keynesiana, a intervenção do governo por meio da política fiscal torna-se necessária. O aumento dos gastos públicos, representado pelo investimento governamental, pode gerar um efeito multiplicador na economia, estimulando a demanda agregada e, conseqüentemente, o investimento privado. Assim, o investimento público pode compensar a falta de investimento privado em momentos de incerteza, impulsionando a atividade econômica e promovendo o crescimento (Carvalho, 2024).

3.2 Hábitos de investir no Brasil

A educação financeira demonstra uma ligação positiva com o hábito de investir. Aqueles que estudam mais sobre a temática tendem a poupar mais, aceitar maiores riscos e menor liquidez na hora de investir (também se enquadrando mais como investidores arrojados e moderados), mais conhecimento e segurança para investir, além de conseguirem repassar esses conhecimentos (Reis, 2019).

De acordo com as contribuições de Olivieri (2013), outro ponto que deve ser observado é os meios relacionados aos hábitos de investimento. Para Vieira, Bataglia e Sereia (2011), os hábitos de investir no Brasil têm passado por mudanças significativas ao longo dos anos. Embora o país tenha uma cultura de poupança tradicional, com muitos brasileiros depositando suas economias em contas poupança, outras formas de investimento estão ganhando espaço à medida que a população busca melhores oportunidades de crescimento financeiro.

De acordo com Olivieri (2013), a poupança é um modelo que se apresenta de forma ampla nos modos de investir no território nacional. A poupança, para o autor, é historicamente o investimento mais popular devido à sua facilidade de acesso e baixa complexidade. No entanto, possui rendimentos baixos, muitas vezes abaixo da inflação, o que significa que o poder

de compra do dinheiro investido diminui ao longo do tempo. Nos últimos anos, a poupança tem se tornado menos atraente como opção de investimento.

Há também outros modelos, como afirmam Vieira, Bataglia e Sereia (2011), como as tipologias de renda fixa e variável. Os investimentos em renda fixa são bastante populares no Brasil, especialmente entre aqueles que buscam segurança e estabilidade. Títulos públicos como o Tesouro Direto e títulos privados como CDBs (Certificados de Depósito Bancário) e LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) são exemplos comuns de investimentos em renda fixa. Esses investimentos geralmente oferecem retornos melhores do que a poupança, mas também possuem riscos limitados.

Embora os investimentos em renda variável, como ações e fundos de investimento, tenham ganhado popularidade nos últimos anos, ainda são menos comuns do que os investimentos em renda fixa. Muitos brasileiros têm receio de entrar no mercado de ações devido à percepção de que é um investimento de alto risco e volátil. No entanto, com a expansão do acesso à educação financeira e o crescimento do interesse em investimentos de maior retorno, mais pessoas estão começando a explorar essa opção.

Essas questões estão relacionadas com os sentimentos e os modos de pensar e repensar o uso financeiro por cada grupo familiar. Estabelecer e compreender esses sentimentos também fazem parte da construção metodológica de uma boa educação financeira. Aqui, portanto, deve-se olhar sob o viés da própria psicologia financeira e econômica. Para Olivieri (2013), a psicologia financeira e econômica é uma área de estudo que se dedica a analisar diversos aspectos relacionados ao comportamento das pessoas em questões financeiras.

O objetivo central é investigar como fatores psicológicos e emocionais afetam as escolhas econômicas dos indivíduos e como esses comportamentos podem impactar suas finanças pessoais e a economia como um todo. Essa análise multidisciplinar permite uma compreensão mais profunda do complexo relacionamento entre psicologia, economia e finanças, contribuindo para a formulação de estratégias mais eficazes de educação financeira, gestão de recursos e políticas econômicas (Vieira; Bataglia; Sereia, 2011).

Ao ingressar no universo dos investimentos, é necessário focar inicialmente em ativos de alta liquidez, em vez de se fixar apenas nos potenciais ganhos. Isso se deve ao fato de que os ativos com menor liquidez geralmente oferecem taxas de retorno mais atrativas, dado que os investidores são recompensados com juros superiores por abrir mão da disponibilidade imediata dos recursos e assumir riscos mais elevados nesses investimentos.

O entendimento desta dinâmica é fundamental para que o investidor possa equilibrar seus objetivos de rentabilidade com a capacidade de acesso rápido aos seus recursos, conforme a necessidade. Portanto, ao iniciar a jornada no mundo dos investimentos, é sábio considerar a diversificação da carteira, incluindo ativos com diferentes níveis de liquidez, de forma a otimizar os potenciais ganhos e minimizar os riscos associados.

Quadro 1 – Tipos de investimentos

	Renda Variável	Renda Fixa
Descrição	Maior potencial de retorno	Mais seguros e líquidos
Tipo	Fundos imobiliários e Ações	Tesouro direto, LCA, Debentures, CDB.
Nível de rentabilidade	Maior (Alto risco)	Menor (Baixo risco)
Capacidade de Liquidez	Variável (maior tempo de resgate)	Alta liquidez (facilidade de resgate)
Perfil de investimento	Maior retorno para quem tem mais tolerância a risco	Segurança e estabilidade

Fonte: Elaboração própria com base em Rambo (2014)

Conforme Rambo (2014) destaca, é essencial para o investidor discernir os tipos de riscos que está disposto a assumir, determinar o montante que está confortável em potencialmente perder em um investimento e definir o retorno desejado. Portanto, um investidor que tenha adquirido educação financeira deve, em primeiro lugar, estabelecer uma reserva financeira sólida, capaz de assegurar a capacidade de resgatar recursos a qualquer momento, alinhada com suas necessidades e metas. Esta reserva deve ser caracterizada por sua segurança e alta liquidez.

Esta preparação inicial é vital para o investidor, uma vez que fornece a base para uma abordagem mais segura e consciente ao mercado financeiro. Ao equilibrar a disposição para assumir riscos com a proteção de seus recursos, o investidor estará em uma posição mais sólida para perseguir seus objetivos financeiros a longo prazo.

Antes de adentrar no universo dos investimentos, é imperativo compreender e definir o perfil de investidor. Para determiná-lo, é preciso responder a uma série de perguntas que abordam os objetivos financeiros almejados e a disposição para assumir riscos. Além disso, considerar a idade do investidor e a fase atual de sua vida é essencial para estabelecer metas claras de curto, médio e longo prazo. Esta avaliação minuciosa proporciona um alicerce sólido para orientar as escolhas de investimentos de maneira alinhada com as circunstâncias e aspirações individuais.

Quadro 2 – Perfil do investidor

Perfil	Descrição	Investimento indicado
Conservador	Seguro, estável, procura manutenção em investimento	CDBs e Tesouro Direto para investimento de curto prazo; Médio prazo: LCI e LCA; Para investimentos de longo prazo, previdência privada.
Moderado	Procura maior equidade e equilíbrio entre rentabilidade e segurança	Para investimentos de curto prazo, indica-se fundos de renda fixa e tesouro direto; Para investimentos de médio prazo, indica-se fundos imobiliários, LCA e LCI, Fundos multimercado; Para investimentos de longo prazo, indica-se ações, fundos de investimento e previdência privada.
Arrojado	Tem maior tolerância a risco e busca rentabilidade de forma mais rápida e maior	Para investimentos de curto prazo, tem-se o CDB, fundos de renda fixa e Tesouro Direto; Para investimento de médio prazo, tem-se os fundos imobiliários, LCI e LCA, Fundos Multimercado; Para os investimentos de longo prazo, tem as ações, fundos de investimentos, previdência privada, opções ETFs (Exchange-traded fund), futuros e FIDCs (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios).

Fonte: Adaptado de Vasques (2023)

Na prática dos investimentos, os perfis de investidores se diferenciam significativamente, sobretudo, ao se considerar a renda variável. Os investidores agressivos, por exemplo, estão dispostos a aceitar um maior grau de risco em troca de um potencial retorno mais elevado. Essa disposição os leva a investir em ativos como ações e opções, sabendo que há a possibilidade de perdas financeiras. Essa abordagem é particularmente recomendada para indivíduos mais jovens, em fase de acumulação de capital.

Por outro lado, os investidores conservadores têm uma aversão mais pronunciada ao risco. Assim, optam por manter seus recursos em ativos de alta liquidez e com baixa volatilidade. Esse perfil é mais apropriado para pessoas que estão se aproximando da aposentadoria, onde a prioridade é preservar o capital acumulado.

Já os investidores moderados adotam uma abordagem intermediária e, assim, optam por uma alocação diversificada de seus investimentos, distribuindo-os entre renda fixa e variável. Essa estratégia visa protegê-los contra riscos, tanto sistemáticos quanto não sistemáticos. Geralmente, esses investidores estão distantes da aposentadoria e buscam um equilíbrio entre segurança e rentabilidade.

Outra coisa que pode ser observada nessa dinâmica entre os perfis dos investidores, é que as indicações de investimento para o perfil Conservador também são indicadas para os outros 2 perfis, enquanto as indicações de investimentos para o perfil Moderado também são indicadas para o investidor de perfil Arrojado, enquanto que nem todas as opções do perfil arrojado são indicadas para os outros perfis. O que modifica principalmente é a composição das carteiras desses investidores.

Como bem afirmou Napoleon Hill (1937, p.140 *apud* Vasques, 2023, p.26), "a economia não reconhece nem tolera quem tenta receber sem dar". Isso ressalta a importância da análise e da escolha do perfil de investimento que melhor se alinha com os objetivos e a fase de vida de cada investidor. Portanto, a compreensão desses diferentes perfis é essencial para uma prática de investimentos bem-sucedida e alinhada com os objetivos de cada indivíduo.

3.2.1 Riscos de investimento

De acordo com Santos, Rodrigues e Nunes (2021), adotar hábitos de investimento é uma prática necessária para o crescimento financeiro e a realização de metas a longo prazo, e isto só se alcança com um claro envolvimento educacional. Para o autor, isto envolve a alocação estratégica de recursos em diferentes tipos de ativos, como ações, títulos, imóveis ou fundos, visando obter retornos financeiros ao longo do tempo. Essa disciplina financeira permite que o investidor aproveite oportunidades de crescimento e alcance seus objetivos financeiros de forma mais eficaz.

No entanto, como sustenta as contribuições de Santos, Rodrigues e Nunes (2021), é importante compreender os riscos associados ao investimento. Um dos principais é o risco de mercado, que se refere à volatilidade e às flutuações nos preços dos ativos. Esse tipo de risco é especialmente evidente em investimentos de renda variável, como ações, onde os preços podem ser influenciados por uma série de fatores econômicos e políticos.

Além disso, existe o risco de crédito, relacionado à possibilidade de um emissor de título ou empresa não cumprir com suas obrigações financeiras. Este risco é mais comum em investimentos de renda fixa que envolvem empréstimos a entidades privadas ou públicas. O risco de liquidez também é relevante, pois alguns investimentos podem ter menor facilidade de conversão em dinheiro sem sofrer grandes perdas.

Outros riscos incluem o risco de inflação, que ocorre quando o retorno do investimento não supera a taxa de inflação, resultando em perda de poder de compra ao longo do tempo. Há

também o risco cambial, associado a investimentos em moedas estrangeiras e sujeito às variações nas taxas de câmbio. Além disso, mudanças nas políticas governamentais ou regulamentações podem impactar os investimentos, configurando o risco político e regulatório.

Há também o risco do próprio mercado. De acordo com Santos, Rodrigues e Nunes (2021), o risco de mercado é inerente a qualquer tipo de investimento e está relacionado às variações nos preços de ativos financeiros. Isso pode ocorrer devido a diversos fatores, como mudanças nas taxas de juros, flutuações nas bolsas de valores, eventos econômicos e geopolíticos, entre outros. Investidores enfrentam esse risco quando os valores dos ativos em sua carteira podem ser afetados negativamente por movimentos adversos do mercado. Por exemplo, em uma situação de crise econômica, os preços das ações podem cair substancialmente, resultando em perdas para os investidores.

Como resultado, algumas crises tiveram um impacto significativo no mercado brasileiro, como a crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, uma das maiores crises do capitalismo financeiro que resultou na quebra da bolsa de valores. A crise de 2008, por sua vez, teve origem no mercado imobiliário dos Estados Unidos e desencadeou uma reação em cadeia que afetou todo o sistema financeiro mundial, o gatilho para esse evento foi uma combinação de atividades especulativas, com foco nas transações imobiliárias (Floriano, 2020).

As crises de 1929 e 2008 compartilharam características marcantes: a queda abrupta nos preços dos ativos e o risco iminente de colapso no sistema bancário. Assim, mesmo que esses eventos não tenham se desencadeado no Brasil, nossa economia foi afetada, resultando em uma súbita depreciação dos ativos e acarretando prejuízos em várias esferas do mercado. Tais bolhas especulativas apresentam um alto grau de risco para os investidores, uma vez que, embora inicialmente possam proporcionar retornos substanciais, quando estouram, podem resultar na perda total do valor investido (Floriano, 2020).

Assim, tem-se a compreensão de que os investidores estão expostos ao risco de mercado quando possuem ativos como ações, títulos, fundos de investimento e outros instrumentos financeiros sujeitos a oscilações de preço no mercado. Essas variações podem resultar em ganhos ou perdas para os investidores, dependendo da direção dos movimentos do mercado. É importante ressaltar que o risco de mercado não pode ser eliminado completamente, pois é uma característica intrínseca ao funcionamento dos mercados financeiros. No entanto, os investidores podem adotar estratégias de gestão de risco, como a diversificação de carteira, uso

de derivativos financeiros e alocação em diferentes classes de ativos, para mitigar os impactos negativos dessas flutuações no valor dos investimentos.

3.3 O atual perfil do investidor brasileiro

O desenvolvimento do hábito de investir passa pela clareza da educação financeira. Dessa forma, entende-se que existem caminhos para se alcançar um perfil claro do investidor assertivo. Dos dados obtidos pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (2023), na sua 6ª edição, que avaliou os anos de 2021 e 2022, pode-se estabelecer (Tabela 3):

Tabela 3 – Itens economizados pelo investidor atual

Item de economia	2021	2022
Diminuiu gastos	44%	44%
Compras desnecessárias	21%	24%
Controlou despesas	18%	20%
Guardou parte do salário	11%	15%
Trabalhou mais	10%	12%
Pesquisou mais	4%	7%
Não fez dívidas	3%	4%

Fonte: Elaboração própria com base em ANBIMA (2023)

Conforme a Tabela acima, é possível perceber uma evolução entre os brasileiros na área das finanças, onde em 2022 houve uma maior conscientização quanto às compras desnecessárias, maior controle de despesas, mais poupança, trabalho, pesquisa e evitar fazer dívidas, ou seja, houve uma evolução em quase todos os pontos analisados, apenas o item diminuir despesas teve o mesmo patamar entre 2021 e 2022.

A pesquisa da ANBIMA (2023) também revelou um aumento significativo no número de brasileiros que conseguiram economizar em 2022, totalizando 32% da população, o que representa um aumento de 5 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esse incremento foi observado em todas as classes sociais, indicando uma tendência de maior consciência financeira.

Embora a redução de gastos ou a limitação de saídas ainda tenha sido a medida mais adotada, sendo mencionada por 44% dos entrevistados, é interessante notar que houve uma diversificação nas formas de economizar em comparação com 2021. Algumas pessoas optaram por evitar compras supérfluas, exercendo um controle mais rigoroso sobre suas despesas e

realizando um planejamento mais detalhado. Além disso, a opção por reservar uma parte do salário mensal também ganhou destaque.

Outras estratégias adotadas incluíram a pesquisa de preços para adquirir itens de forma mais econômica e a decisão de evitar a contração de dívidas. Esses dados indicam um aumento na proatividade das pessoas em relação às suas finanças, demonstrando uma maior disposição para adotar práticas de gestão financeira responsável. Esse cenário pode refletir uma resposta adaptativa diante das circunstâncias econômicas, mostrando um amadurecimento na abordagem das finanças pessoais por parte da população brasileira.

Com relação ao modo de investimento, pode-se observar uma evolução no perfil do investidor brasileiro atual. A Tabela 4 apresenta essas informações:

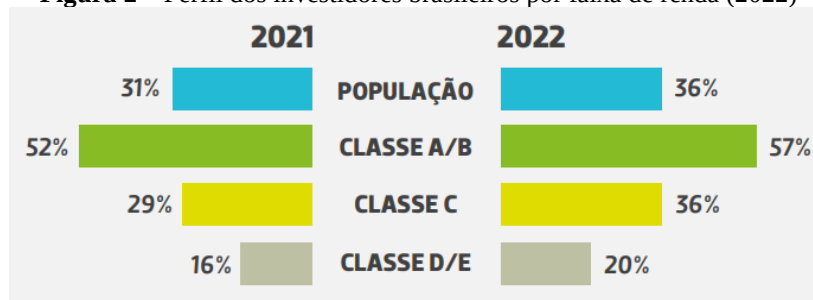
Tabela 4 – Tipo de investimento mais procurados

Tipo de investimento	2021	2022
Poupança	23%	26%
Ações	2%	2%
Títulos Privados	2%	4%
Títulos Públicos (Tesouro Direto)	2%	1%

Fonte: Elaboração própria com base em ANBIMA (2023)

A partir da Tabela 4, percebe-se que apenas os Títulos Públicos tiveram uma redução entre 2021 e 2022, enquanto as ações se mantiveram no mesmo patamar, e os investimentos na poupança e em títulos privados aumentaram.

Ainda, em 2022, o número de brasileiros que optaram por investir em produtos financeiros registrou um notável aumento, passando de 31% no ano anterior para 36%, o que representa aproximadamente 60 milhões de cidadãos. Essa expansão superou as projeções feitas para o período, que estimavam um aumento de apenas 3%, e foi um fenômeno abrangente, abarcando todas as classes sociais e faixas etárias. Na análise por gênero, a parcela de investidores atingiu 33% entre as mulheres e 40% entre os homens (ANBIMA, 2023). O perfil dos investidores por renda, e essa evolução, pode ser observado abaixo:

Figura 2 – Perfil dos investidores brasileiros por faixa de renda (2022)

Fonte: ANBIMA (2023)

A Figura acima corrobora com uma das dificuldades já trazidas, em que os indivíduos numa situação socioeconômica mais desfavorável tendem a ter mais dificuldade em poupar e, consecutivamente, em investir seus rendimentos.

Quanto aos brasileiros no mercado financeiro, as perspectivas continuam otimistas, com uma previsão de aumento adicional de 5 pontos percentuais. Isso representaria um acréscimo de 9 milhões de pessoas no universo dos investimentos, indicando uma tendência crescente de interesse e participação ativa no mercado financeiro por parte da população brasileira. Este cenário sugere um amadurecimento na cultura de investimento, refletindo um maior entendimento e confiança nas opções disponíveis no âmbito financeiro (ANBIMA, 2023).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esses diferentes perfis de investidores têm uma estreita relação com a educação financeira, pois refletem a forma como os indivíduos abordam e gerenciam seus investimentos com base em seu conhecimento e disposição para assumir riscos. A educação financeira desempenha um papel importante na formação desses perfis. Investidores agressivos, por exemplo, tendem a estar mais bem informados sobre o mercado financeiro e têm uma compreensão mais profunda dos riscos associados aos ativos de renda variável. Isso os capacita a tomar decisões mais embasadas e a avaliar as possíveis consequências de suas escolhas de investimento.

Por outro lado, investidores conservadores podem preferir estratégias mais seguras, optando por ativos de baixa volatilidade e alta liquidez. Isso pode ser resultado de uma postura mais cautelosa, possivelmente influenciada por uma educação financeira que enfatiza a preservação do capital. Os investidores moderados, por sua vez, buscam um equilíbrio entre segurança e rentabilidade. Essa abordagem pode ser moldada por uma educação financeira que

destaca a importância da diversificação e da gestão de riscos. Eles entendem que é possível alcançar retornos satisfatórios sem a necessidade de se expor a riscos excessivos.

O que se tem, portanto, é que a relação entre educação financeira é um pilar essencial para o sucesso financeiro individual e para o crescimento econômico de uma sociedade. Através da educação financeira, as pessoas adquirem o conhecimento necessário para compreender os diferentes tipos de investimentos, os riscos associados a cada um e as potenciais recompensas. Isso permite que tomem decisões de investimento mais informadas e alinhadas com seus objetivos financeiros, em vez de dependerem de palpites ou conselhos superficiais.

Além disso, a educação financeira auxilia na identificação do perfil de investidor de cada pessoa. Ela ajuda a determinar se são mais avessas ao risco ou se têm uma propensão maior a assumi-lo. Com esse entendimento, os indivíduos podem fazer escolhas de investimento que estejam em sintonia com sua tolerância ao risco, evitando a exposição a riscos excessivos ou decisões excessivamente conservadoras.

Outro ponto importante é a ênfase na diversificação da carteira. Através da educação financeira, as pessoas aprendem a importância de investir em diferentes tipos de ativos, como ações, títulos e imóveis. Essa diversificação ajuda a distribuir o risco e pode resultar em um retorno mais equilibrado a longo prazo, tornando a carteira menos vulnerável a flutuações do mercado. A educação financeira também encoraja a definição de metas financeiras claras e o desenvolvimento de um plano de investimento que leve em conta objetivos de curto, médio e longo prazo. Essa abordagem ajuda a manter um direcionamento claro e a evitar decisões impulsivas que possam prejudicar o progresso financeiro a longo prazo.

Além disso, a educação financeira não se limita apenas ao conhecimento teórico, mas também engloba a criação de hábitos sustentáveis de gestão financeira. Isso inclui a disciplina para poupar regularmente e investir de forma consistente ao longo do tempo, fortalecendo a base financeira de um indivíduo.

Por fim, os benefícios da educação financeira também se estendem à resiliência em momentos de crise. Indivíduos bem instruídos financeiramente tendem a estar mais preparados para lidar com situações econômicas adversas, como recessões ou crises de mercado. Eles entendem a importância de manter uma visão de longo prazo e de evitar decisões precipitadas baseadas em emoções, o que pode resultar em melhores resultados financeiros a longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão abordou o tema da educação financeira como um instrumento de transformação, com o intuito de entender como a educação financeira influencia no hábito de investir, conjuntamente aos desafios encontrados entre os habitantes brasileiros. Por meio de uma revisão bibliográfica, examinou-se o panorama do endividamento nas famílias brasileiras, constatando que a ausência de educação financeira pode levar a decisões inadequadas, como empréstimos não planejados, a utilização indiscriminada de crédito e a negligência na formação de uma reserva financeira.

Ficou evidente que, em muitos casos, a falta de conhecimento sobre princípios básicos de gestão financeira, orçamentação, controle de despesas e planejamento apropriado pode resultar em dificuldades financeiras e acúmulo de dívidas. De fato, a carência de entendimento financeiro emerge como o fator preponderante na ocorrência da inadimplência.

Ao longo da investigação, ressaltou-se a relevância da educação financeira para a sociedade atingir a estabilidade e a autonomia econômica, enxergando como a alfabetização financeira desempenha um papel essencial na saúde mental das pessoas.

Outro fator que se mostra relevante em meio às dificuldades para se ter uma vida financeira saudável está o perfil socioeconômico e a dificuldade em manter o orçamento equilibrado, quando a renda familiar não se mostra suficiente para subsistência familiar. Sendo essa uma temática que necessita de mais atenção no sistema público, em busca de políticas assistenciais e educacionais, que incluam essas famílias no sistema financeiro.

Ao fornecer conhecimentos, habilidades e ferramentas para uma administração financeira mais eficaz, a educação financeira empodera os indivíduos a fazer escolhas mais esclarecidas e conscientes em relação ao seu dinheiro. Essa instrução aborda aspectos como a valorização da poupança, o estabelecimento de metas financeiras, o monitoramento das despesas e a sensibilização sobre a importância de evitar o endividamento excessivo. Dessa forma, ao se apropriarem dessa educação, as pessoas experimentam uma sensação de liberdade e uma maior estabilidade econômica, orientando suas decisões de consumo de forma responsável e consciente.

Por fim, a educação financeira se mostrou como um espaço para crescimento e melhorias, que pode influenciar no hábito de investir, de poupar, se planejar, trazer segurança e aumentar a inclusão financeira e digital. Contudo, o fator que se mostrou como o maior impeditivo para os brasileiros investirem foram as condições socioeconômicas dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Douglas Alcântara; MARTINS, Josilene Lima. ANÁLISE fundamentalista e a visão keynesiana sobre a escolha de ações. **ANÁLISE**, v. 30, n. 1, p. 27-39, 2022.

ANBIMA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. 5º Raio X do investidor brasileiro. **anbima.com [site]**. 2022. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2022.htm. Acesso em: 01 de jul. 2023.

ANBIMA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. 6º Raio X do investidor brasileiro. **anbima.com [site]**. 2023. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2023.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas**. 2023. Consulta de dados. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 20 out. 2023.

BARBOSA, Tamires Ferreira *et al.* Educação Financeira. **Ciência Dinâmica**, v. 14, n. 1, p. 1-25, 2021.

BARTONCELLO, Maximiliano Gabriel *et al.* **Mercado de Capitais**: Notas sobre a Importância do Mercado de Capitais Brasileiro. 2022, 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Curso de Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu – PR, 2022.

BRASIL. Educação financeira. **Ministério da Educação**, ©2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sergio. Entendendo a atitude ao endividamento: fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam?. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 15, n. 1, p. 5-24, 2016.

CARVALHEIRO, Nelson. Fundamentos da intervenção do Estado: algumas concepções em Keynes e Kalecki. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 7, p. 271-290, 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral de Administração**. Edição Compacta. 2. ed. São Paulo: Campus, 2000.

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor** – PEIC, 2023. Disponível em: <https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. da. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 69–84, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>. Acesso em: 18 jul. 2023.

DOWBOR, Ladislau. A economia da família. **Psicologia USP**, v. 26, p. 15-26, 2015.

FLORIANO, Alex Junior Cardoso. **Estudo comparativo entre as crises econômicas e financeiras de 1929 e 2008**. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Global Findex. Database, 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/globalfindex/Report>. Acesso em 19 out. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: Panorama**. ©2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 19 jul. 2023.

EFING, Antonio Carlos; MENDES, Caroline Janaina; MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. Uma análise do superendividamento a partir de uma perspectiva socioambiental e do direito ao meio ambiente equilibrado. **Direito e Desenvolvimento**, v. 10, n. 2, p. 88-103, 2019.

HABERLER, Gottfried. **Crescimento Econômico e Estabilidade**: uma análise da evolução e das políticas econômicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LARGHI, Nathalia. Brasileiro se vê menos endividado, mas cartão de crédito é o 'campeão' das contas em atraso. **Valor Invest [site]**. 2023. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2023/04/24/brasileiro-se-ve-menos-endividado-mas-cartao-de-credito-e-o-campeao-das-contas-em-atraso.ghtml>. Acesso em 9 set. 2023.

LUCCI, Cintia Retz *et al.* A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **Seminário em Administração**, v. 9, 2006.

MALLMANN, Fernando S. **Finanças Pessoais – Quanto, Aonde e como investir**. 2008, 58 f. Trabalho de conclusão de especialização (Especialização) – Programa de Pós-graduação da Escola Federal da Universidade do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 2008.

MEKELBURG, Gilson. **Finanças Pessoais**. Disponível em: http://www.facenp.com.br/public/trabalhos/1300359096d0e04812b_.pdf.

MERTON, Robert King. **Social theory and social structure**. New York: Free Press, 1959

OLIVIERI, Maria de Fátima A. Educação Financeira. **Revista ENIAC Pesquisa**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 43–51, 2013. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php>. Acesso em: 19 jul. 2023.

PARTYKA, Raul Beal; LANA, Jeferson; MARCON, Rosilene. A XP e o Itaú Unibanco: dos Produtos de Investimento a Desbancarização. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 214-238, 2020.

PAZ, Anderson Barbosa. O Papel dos Estados da América Latina em Tempos de Pandemia Global a partir do pensamento de John Keynes. **Boletim do Tempo Presente**, v. 9, n. 2, p. 129-139, 2020.

REIS, Felipe Korndorfer dos. **O impacto da educação financeira nos hábitos de investimento**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

SANTOS, Rafaela Aires Tavares; RODRIGUES, Waldecy; NUNES, Carine de Oliveira. Os efeitos da educação financeira no comportamento de consumo: Um estudo com idosos de baixa renda. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, p. 1-10, 2021.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. Disponível em: http://www.4shared.com/document/shYqfccH/Dicionario_de_Economia.html

SAPORITO, Antonio; SILVA, Sandro Braz; VIANA, Brunna Stefani Santos. O impacto da pandemia da COVID-19 nos brasileiros desbancarizados. **Revista Estudos e Negócios Academics**, v. 3, n. 5, p. 84-96, 2023.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil**: O levantamento mensal da Serasa sobre a relação dos brasileiros com as dívidas. Serasa, [2023]. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SILVA, Emanuel Filipe Bezerra da. **Burocracia e administração pública**: relevância para o estado brasileiro. 2019. 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) – Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, Thiago Bruno *et al.* Educação financeira, interação com os pais e outros fatores relacionados ao uso de cartões de crédito por estudantes de contabilidade. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 11, n. 2, p. 131-151, 2019.

SPC. 46% dos brasileiros não controlam seu orçamento, revela pesquisa do SPC Brasil. **CNDL, SPC Brasil, Meu Bolso Feliz**, 2016. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_educacao_financeira_v7.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito. **4 em cada 10 brasileiros querem reduzir gastos em 2020, indica pesquisa CNDL/SPC Brasil**. 2020a. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7245>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito. **48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. 2020b. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7171>. Acesso em: 19 jul. 2023.

TOLEDO, Cristiane Samuel de. **A importância do mercado de ações para o crescimento econômico do Brasil**. 2006. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

VASQUES, Ingrid dos Santos. **Educação financeira como ferramenta de transformação do inadimplente em investidor**. 44f. 2023. [manuscrito]. Monografia (graduação em Ciências Econômicas) – Centro Universitário IBMR. Rio de Janeiro, 2023.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre; SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.

VITT, Lois A. Consumers' financial decisions and the psychology of values. **Journal of Financial Services Professionals**, v. 1, p. 1-10, 2004.

MATEUS VIEIRA SALGADO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O HÁBITO DE INVESTIR: dificuldades encontradas
pelos brasileiros

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências Econômicas
do Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel em Ciências
Econômicas.

Aprovado em: 15/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcio Maciel Miceli de Sousa (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Rosa Kato (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco